



1.

ATA

Aos quinze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores - Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Câmara disse que na última reunião ordinária do executivo camarário estiveram presentes as diretoras dos Agrupamentos de Escolas Virgínia Moura e João de Meira que, juntamente com o Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, obtiveram a certificação de Eco Agrupamento e foram distinguidos com a Bandeira Verde, pela Associação Bandeira Azul. Acrescentou que, por lapso, não foi convidada a comparecer naquela reunião a Direção do Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, situação que agora se repara. Assim, o Presidente da Câmara entregou ao Diretor daquele Agrupamento o diploma, agradecendo todo o trabalho desenvolvido em prol do ambiente. Tomando a palavra, Artur Monteiro agradeceu o reconhecimento do trabalho realizado, salientando a sensibilização dos alunos para as questões ambientais, em parceria com a Junta de Freguesia de Ponte. -----

-----VOTOS DE PESAR-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de dois Votos de Pesar, o que foi aceite por unanimidade: -----

VOTO DE PESAR – NOÉMIA CARNEIRO – Presente a seguinte proposta:

“Noémia Carneiro nasceu em Guimarães em 1953, estudou no Liceu de Guimarães e licenciou-se em Engenharia Química na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. A partir de 1980, desenvolveu a sua atividade profissional na Universidade do Minho e, nove anos depois, foi nomeada Professora Associada do Departamento de Engenharia Têxtil, passando a ser diretora do referido Departamento em janeiro de 2013. Após diferentes intervenções em associações locais juvenis, teve a sua primeira participação dirigente no associativismo local na Direção da Muralha - Associação de Guimarães para a Defesa do Património, cujos órgãos sociais integrou durante mais de vinte anos consecutivos, revelando nessa qualidade um particular empenhamento na defesa e valorização do património concelhio. No mandato 2004/2006, fez parte ainda do Conselho Vitoriano, órgão do Vitória Sport Clube. Por convite da então Presidente da Assembleia Geral, passou a integrar a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia no início do corrente século, passando a exercer as funções de Provedora em 2004. A sua competência técnica, o seu humanismo, o seu espírito modernizador e o seu idealismo social foram fundamentais para a construção da realidade presente da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, particularmente visíveis na modernização das práticas de gestão, na conservação e recuperação do seu edificado patrimonial, na sustentabilidade da instituição com aproveitamento das suas instalações para novos equipamentos na área da saúde e na humanização dos cuidados prestados aos utentes das múltiplas unidades geridas pela Santa Casa. Atualmente integrava, ainda, o Secretariado Regional da União das Misericórdias Portuguesas, no âmbito do qual marcou presença com



comunicações em diversas conferências e seminários sobre economia social, qualidade nas IPSS e políticas de recuperação, preservação e divulgação de património. Em reconhecimento do seu percurso profissional e associativo ímpar, a Câmara Municipal de Guimarães atribuiu-lhe, em 2017, a Medalha de Ouro de Mérito Social. À sua Família e Amigos mais próximos, os Membros da Câmara Municipal de Guimarães endereçam as mais sentidas condolências.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - VOTO DE PESAR - DANIEL COUTINHO BARRETO** – Presente a seguinte proposta: “Daniel Coutinho Barreto faleceu no passado domingo Daniel Coutinho Barreto, jogador que marcou a história do Vitória Sport Clube, sendo hoje, quase cinquenta anos depois de ter terminado a sua carreira, uma das maiores referências da memória vitoriana. Natural de Ponte da Barca, chegou ao Vitória para jogar na equipa júnior em 1953. Mas, no ano seguinte, com 17 anos, estreia-se na equipa principal onde joga como titular durante dezasseis épocas consecutivas, tornando-se, assim, no jogador com maior número de jogos oficiais de sempre com a camisola do Vitória, incluindo nas equipas que pela primeira vez alcançaram as melhores classificações do Clube: o 4º lugar em 60/61 e o 3º lugar em 68/69. Residiu ininterruptamente em Guimarães durante 65 anos, sendo reconhecido como cidadão ativo e participante, nomeadamente na divulgação da memória vitoriana, através da participação e organização das equipas de veteranos do Clube. À sua Família e Amigos mais próximos, os Membros da Câmara Municipal de Guimarães endereçam as mais sentidas condolências.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador Bruno Fernandes – Comentou que, na semana passada, tomou conhecimento, pela comunicação social, de uma notícia em que a Juventude Socialista anunciava a criação do Gabinete da Juventude na

estrutura organizativa da Câmara Municipal. Recordou a deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião do executivo camarário de 31 de outubro último, bem como a posição assumida pelos Vereadores da Coligação Juntos por Guimarães quanto à nova estrutura do quadro de pessoal que eliminou a Divisão de Juventude e Associativismo. Recordou, também, as explicações do Presidente da Câmara que justificou a sua não existência, por considerar que as políticas de juventude eram transversais a todos os serviços municipais. Continuou, dizendo que, no final desse dia, a Juventude Socialista anunciava a criação do Gabinete da Juventude e que, dois dias após, no final de uma reunião tida com o Presidente da Câmara, era formalmente anunciada a medida em causa. Assim, perguntou se este anúncio correspondia à verdade, uma vez que o Presidente da Câmara havia dito, em reunião de 31 de outubro último, não fazer sentido existir uma estrutura específica para a juventude na organização da Câmara Municipal por ser uma área transversal a todos os serviços municipais. -----

2 – Presidente da Câmara – Respondendo à intervenção sobre o Gabinete da Juventude, esclareceu que existia uma grande diferença entre Divisão e Gabinete, reiterando que considerava que as políticas de juventude eram transversais a todos os serviços municipais, referindo propostas concretas, designadamente nas áreas da Educação, da Cultura e do Desporto. Recordou que este Gabinete estava previsto no programa eleitoral do Partido Socialista e constituirá um espaço físico onde serão promovidos encontros, reflexões e tertúlias sobre a juventude. A este propósito, indicou que o Gabinete da Juventude será instalado no edifício da Residência para Investigadores, que será esta quinta-feira inaugurado, assinalando os 177 anos do nascimento de Alberto Sampaio. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

11.
M

1. Do ofício de Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, LDA remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económico-financeira do período findo em 30 de junho de 2018 relativa à CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda. -----
2. Do ofício de Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, LDA remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económico-financeira do período findo em 30 de junho de 2018 relativa à VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA. -----
3. Da informação sobre a situação económica e financeira do Município de Guimarães reportada a 30 de junho de 2018, para ulterior conhecimento da Assembleia Municipal, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----
4. Da seguinte informação sobre a aquisição dos terrenos do Monte do Cavalinho: “Cumpre-me levar ao conhecimento da Câmara e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a presente informação sobre o desenvolvimento do processo respeitante à aquisição dos terrenos do Monte do Cavalinho. A Assembleia Municipal, em sessão de 20/07/2018, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 05/07/2018, deliberou autorizar licitar a aquisição dos terrenos Lugar de Souto Franco, Vila Flor ou Cavalinho, da freguesia de Urgezes - pertencentes à massa insolvente da empresa Investimento Certo, Lda. - cuja base de licitação, de acordo com o último leilão ocorrido, era de €2.500.000,00, tendo conferido ao Presidente da Câmara, nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, legitimidade para apresentar proposta em representação do Município. Pela mesma deliberação foi, ainda, autorizado - se o procedimento da venda o viesse a exigir - que o Município de Guimarães exerça o direito de preferência em qualquer venda daqueles terrenos, e seja qual for o regime

a que sejam submetidos, nos termos art.º 29º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio. Tal deliberação teve como fundamentos propostas de carácter urbanístico para intervenção naquela zona do Concelho que defendem o interesse público e correspondem a políticas sucessivamente enunciadas de sustentabilidade que tocam as várias áreas prioritárias de atuação do Município que se têm centrado na preservação de valores – urbanos e naturais – com forte incidência no modo de uso do território, conforme estudo preliminar anexo àquela deliberação. Designadamente, conforme a aludida proposta, verificava-se o manifesto interesse público de, aproveitando a oportunidade surgida com a realização do referido leilão, dar início, com a urgência que as mesmas suscitam, às seguintes intervenções: 1 - Construção de um parque de estacionamento de apoio à Estação Ferroviária, compreendendo uma valência intermodal que permita a ligação entre transporte ferroviário e rodoviário à cidade e uma relação franca com a Ecovia, no sentido de otimizar as condições de acesso à cidade, de retirar pressão rodoviária ao seu centro e de encorajar o uso de modos suaves de transporte. 2 - Construção de uma via estruturante de ligação entre a cidade e a zona de Urgezes que promova o descongestionamento de um eixo importante de acesso à cidade; 3 – Preservação do património natural e paisagístico; 4 – Construção com uma densidade moderada com a consolidação de uma imagem da cidade coerente e sustentável. Entretanto, foi elaborado o “Estudo Urbanístico do Monte Cavalinho”, que veio a ser aprovado pela Câmara Municipal em reunião de 6 de novembro de 2018, onde se conclui pela especial oportunidade de que se revestem as intervenções referidas, pelo que se impunha a tomada de medidas tendentes a realizá-las no mais curto espaço de tempo. No passado dia 9 de novembro foi realizado novo leilão para venda dos mencionados terrenos. O Município de Guimarães, representado



1.

fu

pelo respetivo Presidente da Câmara, compareceu àquela sessão, garantindo que os presentes e eventuais interessados não laborassem em erro quanto ao objeto do leilão já que as respetivas condições mantinham como válido o loteamento titulado pelo alvará nº 59/2001, cuja cassação havia sido diligenciada pela Câmara Municipal. Assim, foi ali clarificado que o alvará de loteamento emitido para aqueles terrenos se encontrava caducado, tendo-se demonstrado que o registo da respetiva caducidade na Conservatória era definitivo, conforme comunicação entregue no início do leilão, que se anexa (**Doc. 1**). Os representantes da empresa ENDUTEX – IMOBILIÁRIA, LDA, a quem foram arrematados os terrenos neste leilão de 9 de novembro, contactaram previamente a Câmara Municipal, tendo reunido com o Presidente da Câmara e o Vereador do Urbanismo, onde declararam o seu interesse em adquirir os terrenos, tendo aceitado o cumprimento integral das condicionantes atuais impostas pelo Município, constantes do estudo urbanístico do Monte do Cavalinho, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 6 de novembro de 2018, conforme documento que igualmente se anexa (**Doc. 2**). Porque se mostraram asseguradas as condições necessárias à execução do referido estudo urbanístico aprovado, o Município decidiu não exercer, naquele momento, o seu direito de preferência, não prescindindo, contudo, de o exercer caso venham a ser incumpridas as obrigações que estiveram subjacentes a esta decisão, conforme comunicação entregue no encerramento do leilão e que também se anexa (**Doc. 3**). Nesta sequência, será oportunamente celebrado um contrato de urbanização, onde serão vertidas as obrigações das partes contratantes relativamente à execução das obras de urbanização e às responsabilidades a que ficam sujeitas, ao prazo para o seu cumprimento, bem como à entrega imediata ao Município dos terrenos que lhe são destinados de acordo com o estudo urbanístico tendo em vista a realização

das alterações/intervenções a promover.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. --

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2018. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2018. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO 59/17 “REPERFILAMENTO DA EM 582” – Presente a seguinte informação: “Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 6/7/2017, foi aberto procedimento de concurso público, nos termos da alínea b) do artigo 19º do Código de Contratos Públicos, para a obra identificada em epígrafe. Em 17/10/2017, foi elaborado o Relatório Preliminar deste concurso, no qual é proposto a adjudicação a um dos concorrentes. Por informações técnicas da Divisão de Estudos e Projetos de 18/06/2018 e 21/06/2018, foi constatado que as linhas de água, passíveis de serem utilizadas para o encaminhamento das águas pluviais da Rua Eng. Duarte Amaral, em Pencelo, não apresentam condições de escoamento devido a obstáculos ao natural curso de água. Também, por informação da Divisão de Empreitadas de 17/8/2018, foi constatado que existe um processo de licenciamento para uma operação urbanística de loteamento, que prevê a realização de uma rotunda para a ligação ao parque industrial, alterando significativamente



L.

m

uma parte do traçado da Rua Eng.º Duarte Amaral. Em face das situações supervenientes supra mencionadas foi dado despacho, em 26/10/2018, de concordância com a proposta de não adjudicação, e envio à próxima reunião de Câmara para deliberação. A não adjudicação tem fundamento na alínea d) do nº1 do artigo 79º do Código de Contratos Públicos, pelo que se remete a presente informação à consideração superior para aprovação da proposta de não adjudicação pela Câmara Municipal.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CANDOSO SÃO MARTINHO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SUBSÍDIO – RETIFICAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de **Delegação de competências** com a Freguesia de **Candoso São Martinho**, para execução da obra de construção e reparação de passeios na Rua de S. Martinho, Rua do Codeçal e Rua da Vinha, aprovando um apoio no valor de **€9.867,69**. Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade da Rua da Vinha, que é da freguesia e não municipal, pelo que, o valor atribuído para as obras nesta via configura um subsídio e não delegação de competências. Assim: a) O apoio a **título de delegação de competências** deve manter-se para as obras na Rua de S. Martinho e na Rua do Codeçal, no valor de **€8.855,02**; b) A verba para as obras na Rua da Vinha, no valor de **1.012,67€**, deve ser considerado **subsídio**. Tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e,

posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, aprovando-se agora o apoio de **delegação de competências**, no valor de **€8.855,02**, destinado às obras na Rua de S. Martinho e Rua do Codeçal, **bem como a aprovação de um subsídio** à Freguesia de Candoso São Martinho, para execução das obras na Rua da Vinha, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, transferindo uma verba **no valor de €1.012,67**, mediante a celebração de contrato de atribuição de subsídio. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE SÃO CLEMENTE – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - ANO DE 2015

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande São Clemente, para execução da obra designada por “Construção de edifício de apoio ao Parque de Lazer de Sande Vila Nova”, com uma verba no valor de €29.275,42. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível dar início à obra acima identificada, solicitando assim a alteração do prazo do respetivo Contrato, de forma a executá-la durante o ano de 2019. Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade do parque de lazer, que é do Município e não da Freguesia, pelo que o valor a atribuir para esta obra configura uma delegação de competência e não um subsídio. Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a retificação das



1.

mu

deliberações acima identificadas, propondo-se que, nos termos da alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, seja aprovada a transferência para a União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente do valor de €29.275,42 para execução da obra “Construção de edifício de apoio ao Parque de Lazer de Sande Vila Nova”, mediante a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. A referida verba será paga mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE SÃO CLEMENTE – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - ANO DE 2016

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 23 de abril de 2016, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 14 de abril de 2016, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande São Clemente, para execução da obra designada por “Construção de edifício de apoio ao Parque de Lazer de Sande Vila Nova”, com uma verba no valor de €28.997,58. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível dar início à obra acima identificada, solicitando assim a alteração do prazo do respetivo Contrato, de forma a executá-la durante o ano de 2019. Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade do parque de lazer, que é do Município e não da Freguesia, pelo que o valor a atribuir para esta obra configura uma delegação de competência e não um subsídio. Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a retificação das deliberações acima identificadas, propondo-se que, nos termos da alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º do mesmo diploma

legal, seja aprovada a transferência para a União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente do valor de €28.997,58 para execução da obra “Construção de edifício de apoio ao Parque de Lazer de Sande Vila Nova”, mediante a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. A referida verba será paga mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE SÃO CLEMENTE - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, para execução da obra de “Construção de edifício de apoio ao Parque de Lazer de Sande Vila Nova”, com uma verba no valor de €28.997,58. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível dar início à obra acima identificada, solicitando assim a alteração do prazo do respetivo Contrato, de forma a executá-la durante o ano de 2019. Assim, nos termos da cláusula 11ª do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão àquele contrato, passando a cláusula 7ª a ter a seguinte redação: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2019.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----



11.

pu

FREGUESIAS - FREGUESIA DE LORDELO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (RETIFICAÇÃO) E SUBSÍDIO – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO EM DIVERSOS ARRUAMENTOS. – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 26 de maio de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 11 de maio de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato de **delegação de competências** com a Freguesia de **Lordelo**, para execução de obras de beneficiação em diversos arruamentos, nomeadamente: Rua Ramalho Ortigão, Rua da Largateira, largo da Mocha, Rua Nova e Rua do Souto), aprovando um apoio no valor de **€40.674,21**. Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade da Rua Ramalho Ortigão e da Rua do Souto, que são vicinais e não municipais, pelo que, o valor atribuído para as obras nestas vias configura subsídio e não delegação de competências. Assim: a) o apoio a **título de delegação de competências** deve manter-se para as obras na Rua da Largateira, Largo da Mocha e Rua Nova, no **valor de €36.252,16**; b) A verba para as obras na Rua Ramalho Ortigão e Rua do Souto, no **valor de 15.597,71€** deve ser considerado **subsídio**. Tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, aprovando-se agora a atribuição de um apoio por **delegação de competências**, no valor de **€36.252,16**, destinado às obras na Rua da Largateira, Largo da Mocha e Rua Nova e atribuição de um **subsídio** para execução das obras na Rua Ramalho Ortigão e Rua do Souto, no **valor de 15.597,71€**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, mediante a celebração de Contrato Interadministrativo de subsidio a realizar. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR**

UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE LORDELO – SUBSÍDIO – CONCLUSÃO DA REQUALIFICAÇÃO DE VÁRIOS ARRUAMENTOS – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de **LORDELO** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a conclusão da execução das **Obras de requalificação da Rua Ramalho Ortigão e Rua do Souto**. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos, apurando-se o valor de **€12.659,67**, de acordo com a quantificação realizada. Assim, e tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à **Freguesia de Lordelo**, de uma verba no valor de **€12.659,67 (doze mil seiscientos e cinquenta e nove euros e sessenta e sete cêntimos)**, já com IVA incluído, destinada às obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio a realizar e mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE S. LOURENÇO E BALAZAR - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018 – PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de



Competências com a União das Freguesias de Sande S. Lourenço e Balazar, para execução da obra de “alargamento com construção de muros e rede de águas pluviais e pavimentação da rua Casal Novo e na Rua Fonte de Aviz”, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €20.203,77. O Presidente da Junta da Freguesia informou que apenas executará a Rua Casal Novo, pelo que solicita a alteração do objeto, ou seja, que seja retirada do objeto a obra na Rua Fonte de Aviz, mantendo-se a transferência de uma verba até ao limite do valor de €20.203,77. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, alterando-se a 1ª cláusula, nomeadamente: “O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na Freguesia para execução da obra de alargamento com construção de muros e rede de águas pluviais e pavimentação da rua Casal Novo.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE S. TORCATO - CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição com a Freguesia de S. Torcato, para execução da obra de “Requalificação da rua do Sobredo e rua das Bouças”, com uma verba no valor de €34.402,08. O Presidente da Junta da Freguesia pretende agora pavimentar as ruas de Real e de Mogege, em substituição das ruas acima identificadas, até ao final do ano de 2019. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações

acima identificadas, bem como a aprovação da transferência para a Freguesia de S. Torcato do valor de 34.402,08€, para a execução das obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, mediante a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. A verba será paga mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE - CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a União de Freguesias de Atães e Rendufe, para execução da obra de “Alargamento cemitério e construção parque estacionamento do São Cosme, em Atães, e pavimentação da Rua da Via Cova em Rendufe”, com uma verba no valor de €33.407,68. O Presidente da Junta de Freguesia informou que não será possível concluir a obra durante o ano de 2018, solicitando a alteração do prazo do respetivo contrato. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão ao prazo, passando a cláusula 6.ª a ter a seguinte redação: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2019”. Mais se propõe a transferência da referida verba para o ano de 2019.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE URGEZES – SUBSÍDIO E DELEGAÇÃO DE



11

COMPETÊNCIAS – RETIFICAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 23 de fevereiro de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 8 de fevereiro de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de **atribuição de subsídio** com a Freguesia de **Urgezes**, para execução de obras de beneficiação em diversos arruamentos, nomeadamente: obras (movimentação de terras, drenagens de águas, pavimentações, passeios e acessórios) na Travessa E (Bairro), travessa da Breia, Rua Veiga de Baixo, Outeiro e António Costa Guimarães, aprovando um apoio no valor de **€65.346,85**. Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade da Rua António Costa Guimarães, que é municipal e não da Freguesia, pelo que o valor atribuído para as obras nesta via configura uma delegação de competências e não um subsídio. Assim; a) - O apoio a **título de subsídio** deve manter-se para as **obras** na travessa E (Bairro), travessa da Breia, Rua Veiga de Baixo e Rua do Outeiro, no **valor de €45.289,29**; b) - A verba para as obras na Rua António Costa Guimarães, no **valor de €20.057,56**, deve ser considerado **delegação de competências**. Tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, aprovando-se agora a atribuição de um subsídio, no valor de **€45.289,29**, destinado às **obras** na travessa E (Bairro), travessa da Breia, Rua Veiga de Baixo e Rua do Outeiro, e a **delegação de competências** para execução das obras na Rua António da Costa Guimarães, no **valor de €20.057,56**, mediante a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, tudo ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e das alíneas j) e k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras

Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES – Presente, para aprovação pela

Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas Freguesias para manutenção dos espaços verdes do concelho, no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2019, conforme minuta em anexo, transferindo, para esse efeito, as verbas constantes dos quadros, igualmente em anexo. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À**

APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

URBANISMO – REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE) - FÁBRICA DE TECIDOS DO CARVALHO,

LDA – LORDELO – Presente a seguinte proposta: “O Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) surge como uma oportunidade para que as empresas ou agentes económicos, que cumprem os requisitos do referido regime, tenha a possibilidade de regularizar, alterar ou ampliar a sua atividade, em conformidade com os Instrumentos de Gestão Territorial, Servidões administrativas e restrições de utilidade pública e/ou Outras condicionantes. O RERAE, é um regime excecional e transitório (caráter excecional e temporário), que estabelece procedimentos de regularização/alteração/ampliação aplicáveis às atividades económicas, estabelecimentos e explorações industriais ou outras, descritas no respetivo regime RERAE. Os pedidos de regularização seguiram-se numa 1ª fase, nos termos no Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, articulado com a Portaria nº 68/2015, de 9 de março e que



1,

m

posteriormente foi objeto de alteração com a extensão do âmbito e regime, através da Lei nº 21/2016, de 19 de julho, para que, numa 2ª fase, seja dado cumprimento integral ao regime jurídico setorial associado correspondente, por exemplo, à legalização das operações urbanísticas. O RERAE estabelece, com caráter extraordinário: a) O regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; b) O regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública. Desde que este regime entrou em vigor, deram entrada no Município de Guimarães vários pedidos de Regularização de Atividades Económicas, dos quais a empresa **Fábrica de Tecidos do Carvalho, Lda.**, que obteve parecer favorável, de acordo com o estipulado pela Conferência decisória em 13/08/2018. **Fábrica de Tecidos do Carvalho, Lda.** - A Fábrica de Tecidos do Carvalho, Lda. é uma empresa de estrutura familiar desde a sua fundação no ano de 1925. A partir de 1987 fomentou um processo de racionalização e reconversão de todo o equipamento, dedicando-se ao fabrico de atalhados turcos. Desde então, tem vindo a desenvolver um conjunto de investimentos de forma a obter uma posição cada vez mais competitiva quer em termos tecnológicos, quer através da diferenciação dos seus produtos pela qualidade, design, logística e serviço. Fruto de um processo de crescimento e consolidação da empresa, foi solicitada a ampliação da sua unidade industrial, com a construção do novo centro

logístico, para dar continuidade e resposta às solicitações do mercado e ao desenvolvimento da atividade empresarial, ocupando cerca de 13000 m² de solo agrícola e ecológico. Histórico do processo: **23/12/2015** - Início do procedimento - O requerente deu entrada ao Pedido de regularização ao abrigo do DL nº124/14 (NIPG nº 72337/15); **20/11/2015** - Emissão de certidão de Interesse Público para efeitos de autorização de construção (DUPD) (NIPG nº66138/15); **23/12/2015** - Certidão de reconhecimento de interesse público nº1524/15, aprovada em Reunião de Câmara em 26/11/2015 e deliberado em Assembleia Municipal em 18/12/2015; **03/02/2016** - Saneamento e apreciação liminar Fábrica de Tecidos do Carvalho (OF_DPGU_ROM_1369/2016 RERAE 17/2016) (NIPG nº7422/16); **03/02/2016** - DL 165/2014 - Ampliação de estabelecimento industrial. (6150/2016/DCNF-N/DPAP) (NIPG nº8456/16); **08/02/2016** - Regularização de unidade Industrial - DL 165/2014 - Fábrica de Tecidos do Carvalho, Lda. (ARHN.DRHL.69.2016) (NIPG nº 10139/16); **11/02/2016** - Regularização ao abrigo do DL nº 165/2014, de 5 de novembro – Licenciamento de ampliação e Regularização da Atividade Industrial (DRAPN) (Proc. 2783/16_Refª 2783/3931/2016) (NIPG nº 9287/16); **14/04/2016** - Elaboração de parecer, no âmbito do regime excecional promovido pelo Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de novembro, para um processo em tramitação da empresa Fábrica de Tecidos do Carvalho, Lda. (DDE) (NIPG nº12817/16); **19/04/2016** - Pedido de parecer sobre a adequação ao RERAE (DL 165/2014) (DUPD) (NIPG nº72337/15); **14/06/2017** - Elaboração de parecer, no âmbito do regime excecional promovido pelo Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de novembro, para um processo em tramitação da empresa Fábrica de Tecidos do Carvalho, Lda. (DDE) (NIPG nº72337/15); **12/07/2016** - Desenvolvimento dos procedimentos inerentes ao Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de novembro (DUPD) (NIPG nº37500/16); **20/07/2016** - Elaboração de parecer, no âmbito



11.

M

do regime excecional promovido pelo Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de novembro, para um processo em tramitação da empresa Fábrica de Tecidos do Carvalho, Lda. (DDE) (NIPG nº72337/15); **06/11/2017** - Síntese do parecer urbanístico | solicitação de elementos (DUPD) (NIPG nº31490/17); **27/12/2017** - Síntese do parecer urbanístico (DUPD) (NIPG nº31490/17); **15/01/2018** - Síntese do parecer urbanístico (DUPD) (NIPG nº31490/17); **02/05/2018** - Regularização ao abrigo do DL nº 165/2014, de 5 de novembro – Licenciamento de ampliação e Regularização da Atividade Industrial (DRAPN) (Proc. 8821/2018_Refª 8821/11144/2018) (NIPG nº 24590/18); **13/08/2018** - Ata da Conferência Decisória no âmbito do Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de novembro - A CCDR-N emite parecer favorável à proposta de alteração do PDM de Guimarães, nos termos expostos no referido documento (NIPG nº72337/15). Após a deliberação final da conferência decisória, a câmara municipal deve dar início ao processo de alteração ou revisão do plano ou elaboração do instrumento de gestão territorial, nos termos do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, que prevê a Adequação e suspensão dos instrumentos de gestão territorial no âmbito do RERA. Face ao exposto, e no sentido de adequar o uso do solo existente, dever-se-á dar início ao procedimento de alteração do PDM, de acordo com o artigo 118º do RJGT (Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio) seguindo os procedimentos legais do RJGT, nomeadamente o estabelecido no artigo 119º, adequando-o ao Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERA). À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E O INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO - CRIAÇÃO DE UM BALCÃO DA INCLUSÃO – Presente a seguinte proposta: “Na sequência do Protocolo de Cooperação entre o Município de Guimarães e o

Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), I.P, assinado a 19 de julho de 2012, foi criado um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD), com o objetivo de fazer um atendimento qualificado aos munícipes com deficiência ou incapacidade e respetivas famílias, bem como aos técnicos de reabilitação e instituições que desenvolvem atividade nestes domínios. O SIM-PD tem funcionado, desde então, no Balcão Social do Balcão Único de Atendimento da Câmara de Guimarães. Decorridos seis anos sobre a sua assinatura, o INR, vem propor a renovação e reformulação daquele protocolo com a finalidade de se implementar um **Balcão da Inclusão** que garanta uma linha de comunicação direta ao Balcão da Inclusão do INR, espaço onde existem técnicos especializados no atendimento a pessoas com deficiência e com um conhecimento aprofundado dos seus direitos. No âmbito desta nova proposta, o Município compromete-se a disponibilizar um espaço para o funcionamento do Balcão da Inclusão, com condições de acessibilidade, a afetar a este serviço um técnico a tempo integral ou parcial, a assegurar a comunicação e a disponibilização de informação em formato acessível e a reforçar a troca de informação e comunicação com o INR. Considerando que o acesso à informação é um garante da promoção e defesa dos cidadãos, e que deve ser disponibilizado, às pessoas com deficiência/incapacidade, um serviço qualificado que lhes preste informação sobre os seus direitos, benefícios e recursos existentes, propõe-se através do presente protocolo, criar um Balcão de Inclusão que assuma em plenitude, um atendimento qualificado a estas pessoas, que seja um mediador entre estas e os respetivos serviços públicos e entidades privadas na resolução dos seus problemas, que se constitua como um meio para promover boas práticas neste tipo de atendimento, e que realize com regularidade diagnósticos de caracterização da população com deficiência, apoiando, desta forma, o desenho de



L.

pu

soluções adequadas, e contribuindo, assim, para a melhoria da sua qualidade de vida e para a promoção da igualdade de oportunidades e da sua participação plena na sociedade. Nesta conformidade, submeto, para aprovação, a minuta do referido protocolo (em anexo).” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

REGULAMENTOS - PROJETO DE REGULAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DO CONCELHO DE GUIMARÃES – CRO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Assumindo as responsabilidades que lhe estão cometidas por lei e interpretando o sentimento coletivo de que importa defender a higiene e saúde pública, bem como a segurança das pessoas, mas salvaguardado sempre os direitos dos animais, a Câmara Municipal de Guimarães possui uma estrutura, atualmente designada por Centro de Recolha Oficial do Concelho de Guimarães (CRO de Guimarães), de modo a responder mais adequadamente às exigências legais e possibilitando também novas valências, nomeadamente, para promover a adoção de animais. A Lei n.º 27/20016, de 23 de agosto, aprova as medidas para a modernização dos serviços municipais de veterinária, estabelecendo a proibição do abate de animais errantes como controlo da população e privilegiando a esterilização. Importa realçar que os princípios e regras ora consignadas não prejudicam o objetivo primordial que consiste em alcançar uma detenção responsável de animais, a qual constitui a efetiva solução para minorar os problemas decorrentes de sobrepopulação dos animais, em especial dos cães e gatos. Torna-se, assim, necessário garantir que são tomadas as medidas recomendadas para este efeito, as quais passam, entre outras, pela sensibilização da população para a detenção responsável, bem como a adoção de boas práticas, como a esterilização dos animais de companhia que não se destinam à reprodução. A Câmara Municipal de

Guimarães deliberou, em sua reunião de 13 de abril de 2017, dar início ao procedimento tendente à aprovação do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito apresentaram contribuições para a elaboração do Regulamento a CDU – Coligação Democrática Unitária e a Sra. D. Maria do Rosário Vilela de Oliveira Pereira, cujas exposições se encontram arquivadas no processo, que foram analisadas e recolhidos os contributos que se entendeu serem pertinentes para a redação final que se apresenta. O presente projeto de Regulamento foi, ainda, objeto de apreciação pública, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, mediante publicação no Diário da República, o que aconteceu através de edital publicado no dia 2 de março de 2018 na 2.ª Série do Diário da República. No decurso desta apreciação pública foram apresentados contributos pela Comissão Coordenadora Concelhia de Guimarães do Bloco de Esquerda, cuja exposição se encontra, igualmente, arquivada no processo, que foi analisada tendo sido recolhidos os contributos que se considerou pertinentes e incluídos nesta redação final. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e nos termos do disposto na alínea ii) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se elaborou o presente projeto de Regulamento, que se submete a aprovação da Câmara Municipal, e posterior aprovação pela Assembleia Municipal de Guimarães, e nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.” O Projeto de Regulamento do Centro de Recolha Oficial do Concelho de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO,**



POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

REGULAMENTOS – BIG - BIENAL DE ILUSTRAÇÃO DE GUIMARÃES 2019 -

APROVAÇÃO DE REGULAMENTOS – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 18 de outubro passado, dar início ao procedimento tendente à aprovação do Regulamento para a criação do **Prémio Nacional BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães**, com o objetivo de dignificar o papel dos ilustradores no desenvolvimento cultural, no campo da edição, livros, revistas, jornais, cartazes, suportes clássicos de comunicação de massas e no domínio das novas tecnologias, aliado à referencia de Guimarães, como território de reconhecido interesse nacional e internacional, no movimento de fomento de massa critica e na criação na área da ilustração e do regulamento para a criação do **Prémio Especial Ensino BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães**, que terá por tema as **MIGRAÇÕES / MEDITERRÂNEO / EUROPA**, com o objetivo de promover a importância do papel da ilustração como ferramenta de descoberta e conhecimento junto da população do ensino secundário do concelho de Guimarães. Os regulamentos foram elaborados pelos serviços e encontram-se, agora, em condições de serem aprovados pelos dois órgãos do Município, podendo ser dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101.º do CPA, uma vez que se entende que, não tendo comparecido nenhum interessado que deva ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tem enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Assim, considerando que o

Município dispõe de atribuições nos domínios da cultura, sendo da competência da Câmara Municipal apoiar atividades e projetos de interesse municipal, de natureza cultural, conforme decorre da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º, conjugada com as alíneas r) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, proponho que a Câmara Municipal delibere, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea e) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, aprovar o Regulamento do **Prémio Nacional BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães** e o Regulamento do **Prémio Especial Ensino BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães**, e propor a sua aprovação à Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos da al. k) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, nos termos dos documentos que se anexam. Os Regulamentos do Prémio Nacional BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães e do Prémio Especial Ensino BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - CONCURSO PÚBLICO N.º 9/18 - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público em epígrafe, em anexo, propondo que a aquisição seja adjudicada a “2045 – Empresa de Segurança, SA”, dado que apresenta a proposta economicamente mais



vantajosa, pelo preço de €1.860.500,88, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (23%). Mais se propõe aprovar a correspondente minuta do contrato. O Relatório Final e a Minuta do Contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO - IDEGUI – CEDÊNCIA DE ESPAÇOS – 812 CREATIVE DESIGN, LDA. – Presente a seguinte proposta: “A IDEGUI - Instituto de Design de Guimarães – Associação para a Regeneração Económica, vem solicitar autorização para a cedência de espaços da sala de consulta e reunião do piso 0 do Instituto de Design de Guimarães, em regime de comodato parcial, pelo período de 2 anos, com 812 CREATIVE DESIGN, LDA. A 812 CREATIVE DESIGN, LDA. representa um estúdio de design recém constituído por ex-alunos formados no curso de Design de Produto da Universidade do Minho, dedicado à prestação de serviços nas áreas do design de produto e industrial, design de ambientes e interiores, design gráfico e de comunicação, packaging, branding, ilustração, web design, multimédia, UX/UI, publicidade, marketing, fotografia e vídeo. Nos termos do contrato de comodato celebrado entre o Município de Guimarães e a IDEGUI, em 23.05.2013, consta no seu n.º 2, da cláusula 2ª que a “*IDEGUI fica impedida de sublocar, emprestar ou ceder, total ou parcialmente, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do MUNICÍPIO*”. Assim, em caso de concordância superior, e atendendo que o contrato de comodato supra referido foi aprovado pela Câmara Municipal em sua sessão realizada em 12.11.2012, deverá o presente pedido de autorização de cedência de espaço sala de consulta e reunião do piso 0 do Instituto de Design de Guimarães, em regime de comodato parcial a celebrar entre a IDEGUI e a 812 CREATIVE DESIGN, LDA., ser submetido a deliberação de Câmara, sendo que em caso de aprovação,

deverão aquelas entidades responsabilizarem-se pelo enquadramento legal inerente à instalação e funcionamento do local. À consideração superior.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO AO CENTRO SOCIAL PADRE

ADELINO SILVA - FREGUESIA DA COSTA – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social Padre Adelino Silva, com sede no Largo Domingos Leite de Castro, da freguesia da Costa, deste concelho, vem solicitar, através de carta datada de 12/09/2018, a cedência de diverso mobiliário bem como de uma impressora a laser, com o objetivo de dotar as suas instalações com melhores condições de trabalho. No armazém afeto à Divisão de Património Municipal existe o tipo de equipamento pretendido, encontrando-se o mesmo em desuso por já não se adequar às necessidades dos serviços municipais. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela instituição, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, no valor total de **€945,20**, devendo, em caso de aceitação, o assunto ser submetido a aprovação da Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Impressora OKI MC860Dn nº série AF8C020315AO	€150,00	€150,00
Secretária estrutura metálica, cor cinza, com tampo em madeira	€100,00	€100,00
Secretária estrutura metálica, cor cinza, com tampo em madeira longo e 1 bloco de gavetas	€200,00	€200,00
Bengaleiro estrutura metálica com base em mármore	€30,00	€30,00
3 Cadeiras rodadas estrutura metálica, costas e assento em tecido	€78,40	€235,20
Armário metálico, cor castanha, com 2 portas fechadas laterais e prateleiras ao centro	€80,00	€80,00
Armário metálico com 2 portas, cor verde.	€50,00	€50,00
Cadeira rodada, sem braços, revestida a tecido vermelho	€10,00	€10,00
2 Cadeiras rodadas, sem braços, revestida a napa preta	€15,00	€30,00
3 Cadeiras rodadas com braços, costas altas, revestidas a napa preta	€20,00	€60,00
Total		€945,20



DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO 2019
COM A TAIPAS-TURITERMAS-COOPERATIVA DE INTERESSE PUBLICO RL –**

Presente a seguinte proposta: “1 - **ENQUADRAMENTO:** 1. A Taipas-Turitermas, Cooperativa de Interesse Público, RL (doravante **TURITERMAS**), é uma Cooperativa de Interesse Público, constituída no dia 5 de junho de 1985, por iniciativa do Município de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em Assembleia Municipal de 19 de outubro de 1985, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro; 2. O Município de Guimarães é seu cooperante, exercendo sobre ela uma influência dominante por ser detentora de 95,65% dos títulos de capital, influência que sempre exercerá por força do disposto no n.º 5 do seu artigo 5.º, que dispõe que “nenhum membro admitido após a constituição da **TURITERMAS** poderá subscrever títulos de capital cujo montante represente mais de vinte por cento do total de capital social”. 3. Os fundamentos que estiveram na origem da sua criação recaiam essencialmente sobre a preocupação com a recuperação, reativação e gestão dos estabelecimentos termais e dos equipamentos turísticos da Vila das Taipas, bem como a captação e exploração das águas minerais e dos estabelecimentos sob a sua gestão, assim como a criação ou desenvolvimento de outros equipamentos termais e turísticos que se viessem a considerar necessários para o desenvolvimento do seu objeto social. 4. Objeto social esse que se enquadra, hoje, de acordo com os princípios atinentes ao interesse público, e das atribuições explanadas nas alíneas a), e), g) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece, em anexo, o regime jurídico das autarquias locais, preceitos que se referem ao “equipamento rural e urbano”, “património, cultura e ciência”, “saúde”, e a “promoção do desenvolvimento”. 5. As denominadas *Régies* Cooperativas, encontram o

seu regime regulado por diploma autónomo ao Código Cooperativo (doravante o **COOP**) - o Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro, doravante **DECRETO** – sendo-lhes aquele Código aplicável em tudo o que o que não estiver especialmente regulamentado por este. **6. O DECRETO** ocupou-se, assim, do regime da constituição das Régies Cooperativas ou Cooperativas de Interesse Público, definindo-as, desde logo no seu primeiro artigo, como “[...] pessoas coletivas em que, para a prossecução dos seus fins, se associam o Estado ou outras pessoas coletivas de direito público e cooperativas ou utentes dos bens e serviços produzidos.” **7.** Com a entrada em vigor da **Lei n.º 69/2015, de 16 de julho**, que procedeu à segunda alteração à **Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto** (doravante a **LAEL**), o artigo 58.º passou a ter a seguinte redação aditada por um terceiro número: “O disposto nos capítulos III e VI aplica -se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º. **8.** Desta sorte, às relações existentes entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Taipas Turitermas, aplicam-se, com as necessárias adaptações, os Capítulos I, III e IV a VI, da mencionada **LAEL**, com as alterações que, até à data, foi objeto. **9.** Conforme supra referido, as atividades promovidas pela Taipas Turitermas são atividades de interesse geral e integram o âmbito das atribuições do MUNICÍPIO, nos termos da alínea a), e), g) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da **Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. **10.** Para manter a prática de preços sociais aos utentes/utilizadores dos equipamentos da Cooperativa Taipas Turitermas, torna-se necessário regulamentar a atribuição de subsídios à exploração com a finalidade cobrir os défices de exploração dessas



L.

atividades, fruto da adoção daqueles preços, e, assim, estancar o financiamento dessas atividades que foram, por muito tempo suportadas pela Taipas Turitermas em benefício do Município. **11.** Nos termos do artigo 47.º da LAEL, é no contrato programa que deve estar vertido detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais; **12.** De acordo com a LAEL, o legislador pretendeu, por princípio, a viabilidade económico-financeira das empresas e consequente autossustentabilidade; **II. DA VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA COOPERATIVA:** **1.** Com a entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração da LAEL, a Taipas Turitermas está sujeita à verificação legal do cumprimento dos rácios a que se refere o artigo 62.º, n.º 1 daquele regime jurídico. **2.** Cumprindo todas as demais exigências legais desse artigo e demais, designadamente as que constam do artigo 47.º da LAEL, e considerando a demonstração dos resultados apurados do último relatório trimestral Taipas Turitermas, não se vislumbra razão para concluir que o contrato programa que ora se submete a aprovação comprometerá a eficácia dos critérios de avaliação de sustentabilidade financeira previstos no referido art.º 62.º, n.º 1. **III – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO DO CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO TAIPAS-TURITERMAS - COOPERATIVA DE INTERESSE PUBLICO RL. – 1.** Assente nas razões anteriormente enunciadas, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da LAEL, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e

a Cooperativa de Interesse Público Taipas-Turitermas-Cooperativa de Interesse Público RL. 2. Simultaneamente, aprovar a minuta do respectivo contrato-programa, seu teor e anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Taipas-Turitermas-Cooperativa de Interesse Público RL, que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47.º da LAEL, titula a transferência da “Gestão dos estabelecimentos termais e dos equipamentos turísticos e de recreio da Vila das Taipas, bem como a captação e exploração das águas minerais e dos estabelecimentos que lhe são anexos”, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas (que integra o Anexo IV da minuta), nos termos previstos na alínea c), do nº6 do artigo 25º do LAEL, bem como submeter tais documentos, seu teor e anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da LAEL; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa: 3. Aprovar que o produto proveniente da sua atividade constitui receita da Cooperativa de Interesse Público Taipas-Turitermas Cooperativa de Interesse Público RL; 4. Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal, de acordo com a informação financeira anexa. 5. Deliberar que, em conformidade com o disposto no nº 7 do aludido artigo 47º, caso o respectivo contrato seja aprovado pelo órgão deliberativo municipal, depois de celebrado, o mesmo seja comunicado à Inspeção-Geral de Finanças e enviado para o Tribunal de Contas; Anexam-se: a referida minuta e os quatro anexos que dela fazem parte integrante.” Os referidos documentos



L1.

[Handwritten signature]

dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro, tendo o Presidente da Câmara usado o voto de qualidade após se ter repetido a votação por se ter verificado empate na primeira votação. **O Vereador Ricardo Costa não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CONTRATOS A CELEBRAR COM A CASFIG, COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EM, UNIPESSOAL LDA – 2019 – Presente a seguinte proposta: “O Conselho de Gestão da CASFIG, em sua reunião de 8 de outubro de 2018, e a Assembleia Geral da CASFIG, em subsequente reunião de 10 de outubro de 2018, deliberaram aprovar os seus documentos previsionais, onde constam, entre outros, as minutas dos contratos a celebrar com o Município de Guimarães relativos ao ano de 2019. Tais contratos, previamente preparados com a Câmara Municipal, cujas minutas se anexam à presente informação, têm as seguintes finalidades e valores: - CONTRATO-PROGRAMA – determinar, concretizar e especificar os objetos imediatos e mediatos da delegação de poderes operada pela Câmara Municipal no artigo 5º dos Estatutos da CASFIG (artigos 47º e 50º da Lei nº 50/2012). O valor do subsídio à exploração é de **€65.000,00. Anexo 1A. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (“in house”)** - realização de atividades de acompanhamento social na área da habitação

(carências habitacionais), gestão dos processos do subsídio municipal ao arrendamento, mercado social de arrendamento e tratamento, manutenção e limpeza das áreas ajardinadas dos empreendimentos sociais municipais (art.º 36º da Lei nº 50/2012). O valor do contrato é de **€129.000,00 + IVA (23%)**. **Anexo 1B.** - CONTRATO-PROGRAMA SMA – transferência para a CASFIG de uma verba destinada ao pagamento do Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA) às famílias beneficiárias (artigos 47º e 50º da Lei nº 50/2012). O valor da verba a transferir é de **€155.000,00**. **Anexo 1C.** Nos termos do nº 5 do art.º 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, não se aplicando tal disposição ao contrato de aquisição de serviços (nº 6 do referido art.º 47º). Assim, submete-se à consideração superior: 1 - A submissão dos contratos-programa à aprovação dos Órgãos Executivo e Deliberativo. 2 – A submissão do contrato de aquisição de serviços à aprovação do Órgão Executivo. Mais se informa que foram emitidas as declarações de cabimento, nos termos do número 3 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho.” As minutas dos contratos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OS CONTRATOS-PROGRAMA.** A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e votação da proposta, por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR – EMPRESA INDUSTRIAL SAMPEDRO,



11.

mu

SA - Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 5.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM , o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A **EMPRESA INDUSTRIAL SAMPEDRO, SA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 52%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela **EMPRESA INDUSTRIAL SAMPEDRO, SA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento

Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR - M. & COSTAS, SA – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 5.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **M. & COSTAS, SA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **46%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este



Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **M. & COSTAS, SA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.** Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - ATIVIDADES ECONÓMICAS – FARMÁCIAS - ESCALAS DE TURNOS DE SERVIÇO PERMANENTE PARA 2019 - PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL -** Presente uma comunicação da Administração Regional de Saúde do Norte – Sub-Região de Saúde de Braga enviando, para aprovação, os mapas do regime de turnos das Farmácias de serviço permanente proposto pela Associação Nacional de Farmácias, para vigorar no ano de 2019 no concelho de Guimarães, nos termos do nº 2, do art.º 3º da Portaria nº 277/2012, de 12 de setembro, que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – OUTUBRO DE 2018 -** Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 21 de dezembro de 2017 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo

2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES À TARIFA SOCIAL

DA ÁGUA – Presente a seguinte proposta: “A Tarifa Social da Água assume-se como um tarifário especial na fatura da água para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, que resulta num desconto no valor a pagar pelos serviços de abastecimento, saneamento e tratamento de resíduos (atualmente, todos incluídos na mesma fatura). A inclusão deste desconto tem sido recomendada, desde 2012, pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). No entanto, esta é uma competência exclusiva dos Municípios (ou entidades com a concessão do serviço). Por isso, algumas autarquias seguiram esta recomendação, e outras não contemplam esta tarifa social. Guimarães já implementou este tarifário especial, sendo que, atualmente, o acesso ao mesmo por parte dos agregados carenciados acontece por intermédio da submissão de um requerimento e da entrega dos meios de prova exigidos. A obrigatoriedade de apresentar candidatura para obtenção deste tarifário especial tem como consequência imediata que uma percentagem de famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade, por desconhecimento ou outras limitações, não usufruam deste apoio. Esta limitação é ultrapassada a partir do momento em que um Município adere à Tarifa Social da Água, pois este desconto passa a ser aplicado de forma automática na fatura da água das famílias beneficiárias, através do cruzamento de dados com a Segurança Social. O Decreto-Lei nº 147/2017 de 5 de dezembro de 2017 vem introduzir as



normas e orientações para a adesão dos Municípios ao regime de Tarifa Social para o fornecimento de serviços de água, sendo que este tarifário se aplica a beneficiários de prestações da Segurança Social (como o complemento solidário para idosos, abono de família ou subsídio social de desemprego) e a agregados familiares com um rendimento anual igual ou inferior a €5.808,00 (cada membro do agregado sem rendimentos representa um acréscimo de 50% a este patamar máximo, até um limite de 10 pessoas). A ERSAR apresenta uma recomendação de desconto a praticar no âmbito da Tarifa Social da Água. Para a Entidade Reguladora, este tarifário especial deverá incluir: Isenção dos encargos com a componente fixa da faturação; Aplicação da tarifa do escalão mais baixo até um consumo de 15 m³/mês (componente variável) e; Desconto em cerca de metade do valor da fatura para o serviço de abastecimento de água. No entanto, o valor do desconto nesta tarifa é definido por cada autarquia, de forma autónoma. Em Guimarães, o diferencial entre o tarifário de um utilizador "normal" e o Tarifário Social é de cerca de €9. Atualmente, cerca de 150 pessoas solicitam à Vimágua a tarifa em apreço. Para podermos aferir o impacto da adesão deste Município a esta medida, foi já introduzida no Portal da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), com o apoio da Divisão de Contabilidade e Tesouraria, uma base de dados que nos foi facultada pela Vimágua, que nos vai permitir saber, em concreto, o número de agregados familiares, com residência no nosso concelho, que passarão a usufruir de forma automática deste desconto, na possibilidade de o Município entender ser de interesse esta adesão. No entanto, estes dados encontram-se ainda em validação pela DGAL. Submeto assim, para aprovação, a adesão do Município de Guimarães à Tarifa Social, considerando que a aplicação do Tarifário Social da Água aos 150 utilizadores atuais implica uma despesa de €1.350,00. Fica salvaguardado o

facto de termos, tendencialmente, um número bastante superior de agregados familiares carenciados que passarão também a usufruir deste desconto, dados que nos vão ser oportunamente fornecidos pela DGAL, o que poderá implicar um reforço posterior do cabimento da verba aqui referida.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE ADAPTADO PARA 7 PESSOAS CARENCIADAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA (AIREV) – Presente a seguinte proposta: “Foram apresentadas algumas candidaturas à DAS, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de pessoas com deficiência, das suas residências para a Associação para a Integração e Reabilitação Social de crianças e Jovens Deficientes de Vizela (AIREV), tendo em conta a situação de vulnerabilidade social dos respetivos agregados familiares, facto que ficou comprovado após termos realizado os respetivos estudos socioeconómicos, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
223943363/18	Masculino	€307,09	98%
243356749/18	Masculino	€287,05	90%
261813978/18	Feminino	€292,24	60%
247525600/18	Masculino	€297,15	78%
245317856/18	Masculino	€225,07	98%
227134320/18	Masculino	€154,22	60%
245599630/18	Masculino	€231,70	82%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de apoio aos requerentes, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, de janeiro a



dezembro de 2019, cujo valor se estima em €17.787,00 (dezassete mil setecentos e oitenta e sete euros), para que possam deslocar-se diariamente das suas residências à AIREV, que funciona em Infias, no Concelho de Vizela. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM PASSE PARA UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (APPACDM, GUALTAR, BRAGA) – Presente a seguinte proposta: “Foi apresentada uma candidatura à DAS, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma jovem com deficiência, da sua residência para a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (Gualtar, Braga), tendo em conta a situação de precariedade económica do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Idade	Sexo	Rend. P/Capita	Grau de Incapacidade
232814449/18	36	Feminino	€264,97	67%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de um passe, de janeiro a julho e de setembro a dezembro de 2019, cujo valor se estima em €547,80 (quinhentos e quarenta e sete euros e oitenta centavos), para que possa deslocar-se diariamente de sua residência à APPACDM, em Gualtar, Braga. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – Presente a seguinte proposta: “Foi apresentada uma candidatura à DAS, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma

jovem com deficiência à Universidade Católica Portuguesa, Braga, considerando a situação de precariedade económica do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Idade	Sexo	Rend. P/Capita	Grau de Incapacidade
245952721/18	19	Feminino	€44,27	70%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de transporte, de janeiro a junho de 2019, cujo valor se estima em €3.159,00 (três mil cento e cinquenta e nove euros), para que possa deslocar-se diariamente de sua residência às instalações da Universidade Católica de Braga, sita na Rua de Camões, 4710-362 Braga. Este transporte terá de ser efetuado todos os dias, de 2ª a 6ª feira.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA DUAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (ACIP, AVE COOPERATIVA DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL) – Presente a seguinte proposta: “Foram apresentadas duas candidaturas à DAS, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de dois jovens com deficiência para a Ave Cooperativa de Intervenção Psicossocial (ACIP), alegando a situação de precariedade económica dos agregados familiares, facto que ficou comprovado após termos realizado os respetivos estudos socioeconómicos, cujos resultados a seguir se apresentam: -----

Nº Processo	Idade	Sexo	Rend. P/Capita	Grau de Incapacidade
266054404/18	26	Masculino	€265,14	60%
232358834/18	21	Feminino	€314,52	83%

*fu*

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio aos requerentes, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, de janeiro a dezembro de 2019, cujo valor se estima em €6.242,20 (seis mil duzentos e quarenta e dois euros e vinte cêntimos), para que possam deslocar diariamente de sua residência às instalações da ACIP, em Joane, Vila Nova de Famalicão. Este transporte terá de ser efetuado todos os dias, de 2ª a 6ª feira.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – SUBSÍDIO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM OBRAS DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE – Presente a seguinte proposta: “Apoios à Habitação ao abrigo da alínea f) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Foi entregue na Divisão de Ação Social uma candidatura para apoio na realização de obras de melhoria das condições de habitabilidade, nomeadamente construção de uma viga de suporte e de uma parede, em betão armado no interior da garagem, aplicação de um portal de garagem, limpeza, pintura e reparação de fendas das paredes exteriores e interiores. Após análise desta candidatura, e consequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras requeridas: -----

Nº Processo	Idade	Sexo	Rend. P/Capita	Grau de Incapacidade
232814449/18	36	Feminino	€264,97	67%

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12

de setembro, submete-se à consideração superior a atribuição de um subsídio, ao proprietário, no valor de €15.000,00 (quinze mil euros) ao abrigo da alínea f) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – APOIO PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS –

Presente a seguinte proposta: “Foram rececionadas na Divisão de Ação Social quatro candidaturas para apoio na aquisição de eletrodomésticos. Após análise destas candidaturas, e subsequentes estudos socioeconómicos efetuados pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da sua caracterização socioeconómica, bem como os valores respetivos das comparticipações a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rend. P/Capita	Valor a Apoiar
212874667/18	Fermentões	108,33	269,99
165484993/18	Azurém	89,25	199,00
245029079/18	Mesão Frio	€44,18	€355,00
121839311/18	Creixomil	€133,56	€308,00

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e ao abrigo do nº 1 do artigo 13º do referido Regulamento (deliberação de Câmara de 12 de abril de 2018) a concessão destes apoios aos requerentes, cujo valor se estima em €1.131,99 (mil e cento e trinta e um euros e noventa e nove cêntimos). À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS RESPEITANTES A RAMAIS DE ÁGUA E SANEAMENTO E RESPECTIVAS TARIFAS DE LIGAÇÃO –

Presente a seguinte proposta: “Foram recebidas na Divisão de Ação Social algumas candidaturas apresentadas por munícipes em situação de carência



L1.

mu

socioeconómica, para efeitos de apoio no pagamento de despesas referentes a ramais de água e saneamento e respetivas tarifas de ligação. Após análise destas candidaturas e subsequentes estudos socioeconómicos efetuados pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida alguns dados de caracterização dos agregados familiares, bem como os valores respetivos das participações a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento Per Capita	Valor a atribuir
210432667/15	Abação	€270,02	€264,00
125179111/15	Serzedo	€62,31	€511,74
217628095/15	Infantas	€172,87	€1.000,00
154772992/15	Selho S. Lourenço	€95,99	€1.000,00
215156552/15	Pencelo	€115,88	€1.000,00
190911034/15	Lordelo	€222,83	€641,00
134260147/15	Airão S. João	€236,14	€274,80
132212056/15	Atães	€216,78	€648,60
145943950/15	Silvares	€200,22	€660,51
188021752/15	Souto S. Salvador	€178,38	€1.000,00

Comprovada a precariedade económica dos agregados familiares, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se, para aprovação, a atribuição de um subsídio, aos requerentes, no valor total de **€7.000,65** (sete mil euros e sessenta e cinco cêntimos) ao abrigo da alínea b) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – COMEMORAÇÕES DO 1º DE DEZEMBRO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques”, registado no RMECARH sob o nº 501371761, promoverá novamente no corrente ano as Comemorações do

1º de Dezembro, com a realização do habitual desfile percorrendo o Centro Histórico e terminando junto à Estátua de D. Afonso Henriques defronte do Paço dos Duques de Bragança. Assim, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães e ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, proponho a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques”, de um subsídio de €1.500,00 destinado a comparticipar nos custos de organização das Comemorações do 1º de Dezembro 2018.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – FESTAS NICOLINAS 2018 – APOIOS A CONCEDER – Presente a seguinte proposta: “Na sequência do pedido formulado pela Comissão de Festas Nicolinas 2018, proponho, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição dos seguintes apoios financeiros e logísticos, considerados essenciais à realização da próxima edição das Festas Nicolinas, como habitualmente de 29 de novembro a 7 de dezembro. Apoios financeiros: Pagamento do subsídio no montante de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), já deliberado em reunião de 8 de março de 2018, e destinado a despesas globais incluindo a impressão do programa e pregões, a ser pago à Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães – Velhos Nicolinos; Outros apoios: - Atribuição do Prémio Câmara Municipal de Guimarães, composto por um conjunto obras didáticas a atribuir à Escola donde provenham os autores do melhor carro do cortejo das Maçãzinhas, de acordo com proposta aprovada pela Câmara Municipal em 2001; - Cedência de escavadora e ferramentas para o enterro do Pinheiro (a única forma de prestar este apoio passa pela contratação externa do serviço, que importa num custo estimado de €780,00+IVA); - Cedência de viaturas para o cortejo das Maçãzinhas, em horário a combinar com os serviços e de acordo com as respetivas disponibilidades; - Licenciamento e assunção das taxas



1.

M

dos condicionamentos de trânsito associados aos vários números das Festas Nicotinas, designadamente dos cortejos das Maçãzinhas e do Pinheiro, sujeitos a emissão do parecer das autoridades policiais – PSP; - Oferta de camélias, se disponíveis no Horto Municipal, para decorar as capas e as janelas durante o cortejo das Maçãzinhas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – UNIVERSIDADE DO MINHO - EDIÇÃO COMEMORATIVA DOS 25 ANOS DO CENTRO DE COMPUTAÇÃO GRÁFICA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

– Presente a seguinte proposta: “Celebra-se no corrente mês de novembro o 25º aniversário do Centro de Computação Gráfica (CCG). Para materializar a memória destes 25 anos a Universidade do Minho decidiu editar o Livro Comemorativo dos 25 Anos CCG, um périplo pelos 25 anos da atividade do Centro que releva a obra em termos de tecnologias, projetos realizados, parceiros, eventos e pessoas. Uma publicação onde se poderá consultar um relato sintético dos principais marcos históricos do CCG que evidencia a liderança nos domínios de investigação aplicada em ciências da computação gráfica e TICE e, não menos importante, o potencial de fazer ainda mais. Trata-se de um livro com cerca de 150 páginas, 250 ilustrações, menção a 100 projetos de inovação empresariais, 80 dedicatórias de Empresários, organizado em 5 capítulos que caracterizam as fases tecnológicas do CCG, para cuja edição a Universidade do Minho solicita a participação da Câmara Municipal. Assim, considerando o interesse público de que se reveste a ação do Centro de Computação Gráfica e, particularmente, de sistematizar em livro o percurso deste Centro nos primeiros 25 anos de atividade, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Universidade do Minho, de um subsídio de €2.000,00, destinado a comparticipar nos custos da edição comemorativa dos 25 anos do Centro de Computação Gráfica.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Tiago Simões – Fez a leitura em voz alta de uma petição sobre a aquisição da sede do Convívio Associação Cultural e entregou uma cópia ao Presidente da Câmara e aos Vereadores. -----

PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

Domingos B. Simões

Francisco X. de